

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

RENOVAR



FGV Fundação Getúlio Vargas

ABRIL/JUNHO-2003

232

SUMÁRIO

Doutrina

Profissionalização da função pública: a experiência brasileira — ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO	1
Estatuto das operadoras de televisão a cabo — ERICSON MEISTER SCORSIM	11
Os atos de tributação interventivos no domínio econômico — ROGÉRIO LEITE LOBO	29
A Constituição e o Direito Administrativo — CAIO TÁCITO	53
Serviço Público: um instrumento de concretização de direitos fundamentais — ANA CLÁUDIA FINGER	59
A autonomia das agências reguladoras e a estabilidade de seus dirigentes — JOSÉ ALBERTO BUCHEB	83
O princípio da consensualidade no Estado Democrático de Direito — CLÁUDIO CAIRO GONÇALVES	105
Os paradigmas jurídicos e as relações entre política e direito — LEONEL C. PESSÔA	115
A concessão do título jurídico de organização social — LUCIANA CORDEIRO RODRIGUES	133
O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro — LUÍS ROBERTO BARROSO e ANA PAULA DE BARCELLOS	141
Interpretação e aplicabilidade da Constituição — ANDERSON SANT'ANA PEDRA	177
A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva — JOÃO AGNALDO DONIZETI GANDINI e DIANA PAOLA DA SILVA SALOMÃO	199
Improbidade administrativa, agentes políticos e foro privilegiado — WALLACE PAIVA MARTINS JUNIOR	231
A licitude da cessão de contrato administrativo — FÁBIO BARBALHO LEITE	255
O controle judicial da responsabilidade fiscal — ÉRICO ANDRADE	283
Ampla defesa e adequada instrução probatória em processo disciplinar instaurado contra magistrado — CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JÚNIOR	307

Regime jurídico dos bens públicos empregados na geração de energia — FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	333
 Jurisprudência dos Tribunais	
Servidor público — Direito de greve — TRF da 4ª Região	355
 Pareceres	
Recisão contratual amigável pedida pelo contratado — Requisitos legais e consequências jurídicas — Pendência de julgamento pelo Tribunal de Contas da União — Cautelas que se fazem necessárias — ALICE GONZALEZ BORGES	363
Princípios da proporcionalidade e da legalidade na regulação estatal — FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	368
Ação pública de anulação do ato administrativo — SERGIO DE ANDREA FERREIRA	397
Da desnecessidade de existência de via alternativa gratuita para ensejar a cobrança do pedágio — ARNOLDO WALD	414
Autonomia das universidades e dos institutos de pesquisas — IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	435
 Notas e Comentários	
Eleição Caio Tácito como membro titular do PEN CLUB DO BRASIL	449
 Legislação	
Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo. Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil, altera os arts. 8º e 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	451
Decreto nº 4.081, de 11 de janeiro de 2002 — Institui o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República.	453
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003 — Define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e o funcionamento do seu Conselho Consultivo e de Acompanhamento, dispõe sobre doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e dá outras providências.	456
Índice	457